



ATA

Aos 28 dias do mês de março de 2014, às 9h, na sala de reuniões da COFIS/SEUMA, reunidos para a 2ª reunião ordinária do Conselho Gestor das Unidades de Conservação da Sabiaguaba (CGS), tendo como pauta: 1.Saneamento ambiental da Sabiaguaba; 2.Informes: concurso de ideias e edital de convocação de entidades ambientalistas (regularização do Conselho Gestor). Thais Holanda, gerente da Célula de Planejamento e Gestão de Sistemas Naturais da SEUMA fez a abertura dos trabalhos, lendo a Ata. Carlos Alberto Pinheiro, representante da CAGECE, solicitou que o nome Flávio, da CAGECE seja substituído por Rafael, na Ata. Em seguida, o Sr. Carlos checkou com a conselheira Maria das Graças, da AMAG, as três ruas da comunidade de Gereberaba, na APA da Sabiaguaba, a receberem os serviços de abastecimento d'água. A saber: Rua Francisco Almeida; Rua Três Marias e Rua João Nambu. Carlos Alberto explicou que o seu setor é o de manutenção e não o de obras, e que ouvirá e relatará os resultados da reunião para a diretoria de obras, cujo responsável é o senhor Antônio José Câmara. Rusty Sá Barreto (ASADOECOMUNAM) parabenizou a CAGECE e a dona Maria pelos resultados obtidos e solicitou a expansão da obra para toda Sabiaguaba. Carlos Alberto argumentou que o recurso é específico para as obras programadas e que acha difícil a expansão, seria o caso de uma nova licitação. Rusty pergunta se há previsão de saneamento para Sabiaguaba. Carlos Alberto respondeu que não. Ilka Bride (SETFOR) perguntá se não é possível expandir algum dos projetos de saneamento da cidade, em áreas próximas, até Sabiaguaba. Carlos Alberto explicou que são quatro as Unidades de Negócios da CAGECE, e que a Unidade daquela região, que vai do trilho da Bezerra de Menezes à Cofeco, e à BR 116. Falou que não tem projeto contemplando Sabiaguaba, mas se comprometeu em trazer, na próxima reunião, a equipe de projeto. Everton Gurgel, da PGM, citou ter ouvido críticas às obras da CAGECE. Rodrigo Ponce de Leon, do IAB, disse que faltam certos parâmetros nas obras na cidade e anunciou que havia conseguido, recentemente, uma rampa que não tinha sido considerada nas obras de responsabilidade da SETFOR. Rusty lamentou que as obras e serviços cheguem até a Praia do Futuro e Lagoa Redonda, mas não cheguem à Sabiaguaba. Reforçou a importância dos serviços em Gereberaba, mas pediu estudos direcionados à região com vistas à possibilidade de serviços de água e esgoto em toda a APA: "Do Cocó ao Pacoti", disse. Rusty enfatizou que se consome água não tratada em Sabiaguaba. Roberto Pontes comentou de sua filiação à Associação dos Amigos do Ecomuseu Natural do Mangue (ASADOECOMUNAM) e, em seguida, falou do descarte inadequado de resíduos na APA, principalmente na zona das barracas. Lembrou que "não existe nenhum tratamento e o resíduo é cumulativo". Disse acreditar que a CAGECE pode contribuir no tratamento de resíduos locais e com a Educação Ambiental para barraqueiros e frequentadores e pediu para ser convidado para a reunião quando o engenheiro da CAGECE for apresentar o projeto de saneamento aos conselheiros. Sobre o saneamento, Rodrigo Ponce de Leon lembrou do sistema isolado (com estações moduladas): "é uma alternativa", disse. Thais Holanda retomou a pauta, informando sobre o andamento dos trabalhos para o projeto da sede das Unidades de Conservação. Informou de contato com o DER e SEPLAG para retomada de negociações a respeito da área da Praça da Sabiaguaba a ser ocupada pela rodovia estadual. Roberto



Pontes, indagou se há alguma alternativa de negociação pela Prefeitura, considerando a utilização de outra área, ainda que de preservação ambiental, mediante decreto de interesse do poder público. Lúcio Bruno (CEAP) enfatizou que a SEUMA deveria realizar um estudo sobre a área da Sabiaguaba sob interferência dos projetos da sede e da rotatória. Thaís Holanda explicou já ter havido levantamento e estudo realizado com base no Plano de Manejo das UCs. Roberto Pontes observou que antes de qualquer uso do Plano de Manejo, o mesmo deve ser concluído. Afirmou que como está o Plano de Manejo é apenas um "alinhavo", que não foi sancionado e enfatizou: "O Plano de Manejo não está concluído". Em seguida, Roberto Pontes reforçou a necessidade da sede, da construção de pontos de observação, da presença da polícia ambiental na região e lamentou: "Sabiaguaba morre todo dia, por uma questão política". Rodrigo Ponce de Leon lembrou que, por se tratar de uma APA, a questão da infraestrutura acaba sendo um gargalo, afirmou que: "necessita-se dirimir qualquer impacto". Rusty Sá Barreto desabafou: "É triste ver as agressões. Desisti de fazer denúncias, porque não há resultados. Os bugres estão destruindo as dunas. Duas coisas me preocupam: o Parque e a APA. Criou-se as Unidades de Conservação que eram uma reivindicação da comunidade, mas o que se vê de benefícios?". Francisco Pereira Teixeira (ACOMPA) reclamou sobre o licenciamento na APA, indagou sobre a fiscalização em toda a Orla e quis saber "por que o Iate Clube pode construir dentro do mar?". Roberto Pontes convidou o CGS a conhecer Sabiaguaba: "estamos falando de uma população ao Deus dará. Vamos até lá para ver as belezas e o que está sendo destruído. Nós estamos querendo preservar o resto que existe", frisou. Thaís Holanda prometeu retomar o contato com a SEPLAG e comunicar as reivindicações e sugestões à Secretária da SEUMA. Renan Colares (SEPOG) disse que a SEPOG pode participar da reunião com a SEPLAG e colaborar com o processo relativo à construção da sede das UCs, no que também se ofereceram os representantes do Museu do Mangue e foi solicitado o apoio de Lúcio Bruno. Roberto Pontes, apontou a necessidade urgente de se negociar uma outra área da APA em troca da área da praça que será utilizada pela estrada. Ilka Bride (SETFOR) indagou sobre a medida compensatória da obra. Roberto Pontes quis saber o valor da compensatória. Rusty Sá Barreto disse ser em torno de R\$ 600 mil. Rusty insistiu na urgência de se negociar a área da rotatória, argumentando: "Sabiaguaba só tem uma praça, a comunidade não pode, simplesmente, ficar sem ela". Everton Gurgel, da PGM, perguntou sobre a desafetação da praça para a construção da rotatória. Explicou que a desafetação só pode ser realizada por Lei. "Essa lei é fundamental, é preciso fundamentação para a realização da obra", lembrou. Vólia Barreira, assessora do Conselheiro João Alfredo e o vereador Joaquim Rocha se dispuseram a pesquisar a existência da Lei de desafetação. Rusty Sá Barreto enfatizou que a Praça é um patrimônio da comunidade, lembrou de uma verba existente desde a gestão passada para a construção de uma praça na APA e solicitou informações de Soni Sales (CPA/SEUMA). Soni disse ter tido ciência da existência de uma verba com essa finalidade, mas que, até onde sabia sobre o assunto, a comunidade não teria chegado a um consenso sobre a localização da mesma e, devido ao impasse, tal pauta teria ficado realmente em aberto. Thaís Holanda sugeriu marcar reunião com o DER para tratar da área da praça e da rotatória, com a negociação de uma nova área, em troca da que será utilizada para a rotatória. Sem mais, eu, Sonia Maria Sales, atesto que tudo o que ficou registrado é verdade.



Assinatura dos Conselheiros:

Fortaleza, 30 de maio de 2014.